

Coletivo de saúde conquista avanços

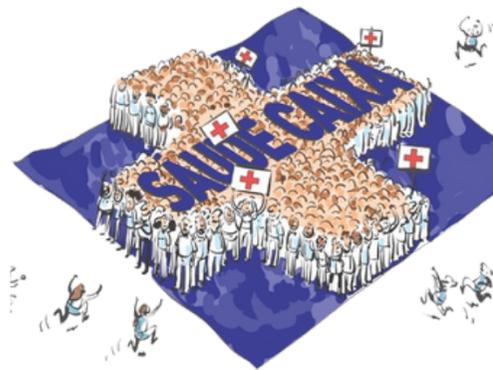


MESA BIPARTITE
Avança debate sobre melhorias nos locais de trabalho

A primeira reunião do ano da mesa bipartite de saúde entre o Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban teve avanços importantes, com a possibilidade de acordo em diversas reivindicações. A reunião foi realizada dia 23/01 e debateu intensamente a cláusula 61 da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). A cláusula trata sobre prevenção de conflitos e assédio moral no local de trabalho e os canais de denúncia. O movimento sindical cobrou mais eficiência e garantia de sigilo e resolutividade da denúncia. Os bancos se comprometeram em apresentar soluções. O Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional (PCMSO) também foi debatido. A categoria cobrou ações mais abrangentes, no sentido de melhorar as condições dos locais de trabalho, principalmente naqueles que não contam com Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). O assunto deve voltar ao debate na próxima reunião da mesa bipartite de saúde, agendada para 14 de março. Nessa oportunidade, o movimento sindical apresentará pesquisa sobre saúde mental e uma proposta de código de conduta e protocolo de combate ao assédio moral nos locais de trabalho. [Clique aqui!](#)

Saúde Caixa

Contraf-CUT cobra os itens negociados



Em ofício enviado para a Caixa Econômica Federal, a Contraf-CUT cobrou a recriação das estruturas regionais (GIPES e REPES), para o atendimento aos usuários e credenciados do Saúde Caixa. Também cobrou a implementação dos Comitês Regionais de Credenciamento e Descredenciamento, além do fornecimento dos dados do plano. A Contraf-CUT lembrou que os dados são necessários para que as entidades que representam os empregados possam acompanhar a situação financeira e atuarial do plano de saúde. A Confederação observa que essas providências são necessárias para dar efetividade ao cumprimento dos termos do Acordo e dos compromissos assumidos pela direção da Caixa com seus empregados. [Clique aqui!](#)

Repases de contribuições

BB e CASSI RESOLVEM PENDÊNCIA DE 13 ANOS



O Banco do Brasil e a Caixa de Assistência dos Funcionários do BB (Cassi) concluíram os entendimentos a respeito dos repases das contribuições patronais sobre verbas salariais ou remuneratórias, pagas em demandas trabalhistas movidas contra a entidade. O banco interrompeu o envio dos recursos em 2010. Nesses 13 anos, o valor acumulado é de R\$ 337,7 milhões, que a Cassi receberá agora. A direção da Cassi considerou que é uma vitória institucional para ambas as partes e que se trata de uma solução para o futuro. A partir de agora, sempre que o BB pagar uma ação, também fará o recolhimento da contribuição para a Cassi automaticamente. [Clique aqui!](#)

Para Contraf-CUT, contratações anunciadas pela Caixa são insuficientes

A Contraf-CUT voltou a cobrar da Caixa Econômica Federal que o concurso público anunciado pelo banco contrate um número maior de aprovados do que o que foi anunciado, de apenas 4.000 novos empregados. A Confederação afirma que "apesar de importante, 4.000 contratações são insuficientes para suprir as necessidades para acabar com a sobrecarga de trabalho nas agências". A Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa considerou que esse número é "irrisório" e insuficiente para solucionar os sérios problemas com a falta de pessoal verificado no dia a dia das agências. [Clique aqui!](#)

IMPOSTO DE RENDA

Governo vai mexer na tabela para isentar até a faixa de dois salários mínimos



LEIA TAMBÉM: **Concentração de renda aumenta em todo o mundo**
[Clique aqui!](#)

Depois que diversas centrais sindicais, entre elas a CUT, divulgaram um manifesto expressando preocupação com a falta de atualização da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), prejudicando trabalhadores que recebem até dois salários mínimos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva veio a público garantir que o governo não permitirá que isso aconteça. O governo prometeu mexer na tabela do IRPF, para garantir isenção até a faixa de dois salários mínimos, ou R\$ 2.824,00. Lula reforçou a promessa de chegar ao fim do seu mandato isentando pessoas que ganham até 5 mil reais. [Clique aqui!](#)

Itaú

COE debateu emprego, saúde e remuneração



A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú se reuniu com a direção do banco, dia 24/01, em São Paulo, e cobrou atendimento a reivindicações ligadas ao emprego, à saúde e à remuneração dos funcionários. A COE demonstrou preocupação em relação ao fechamento de agências e consequentes demissões no banco. Nos assuntos relacionados à saúde, os representantes dos trabalhadores cobraram o prosseguimento das negociações das cláusulas 61 e 87, da Convenção Coletiva de Trabalho. A primeira trata da prevenção de conflitos e assédio moral no local de trabalho e dos canais de denúncia. Já a cláusula 87 aborda as formas de acompanhamento das metas por parte dos bancos. Na pauta entregue ao banco constam ainda reivindicações relacionadas ao Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional (PCMSO), à diversidade e à Comissão de Conciliação Voluntária (CCV). A COE e a direção do Itaú voltarão a se reunir no dia 28 de fevereiro. [Clique aqui!](#)

Mulheres perdem espaço na Caixa



Depois da substituição de Maria Rita Serrano por Carlos Antônio Vieira Fernandes, na presidência da Caixa Econômica Federal, em outubro de 2023, o banco divulgou, dia 24/01, a troca de vice-presidentes, substituindo três mulheres por homens no alto escalão do banco. Na ocasião, a Contraf-CUT já havia demonstrado seu desagrado com a substituição de uma mulher por um homem no comando da Caixa. Também alertou que o banco não pode ser usado como moeda de troca. A Contraf-CUT avalia que essas trocas representam um grande retrocesso e lamenta o número reduzido de mulheres nos cargos de liderança nos bancos. Nivalda Sguissardi, diretora do Sindicato dos Bancários de Campo Mourão e coordenadora do Pactu, acrescenta que na categoria bancária “as mulheres são cerca de 50% do quadro” e, no entanto, “elas ainda são minoria na ocupação de cargos de gerência ou no comando das instituições bancárias, o que é lamentável”. [Clique aqui!](#)

Justiça garante redução de jornada a pais de crianças com autismo

Trabalhadores pais ou responsáveis por crianças com transtorno do espectro autista (TEA) têm conseguido na justiça o direito à redução de jornada de trabalho sem desconto salarial. Dessa forma, os pais podem dedicar o tempo necessário aos cuidados com seus filhos ou dependentes. Há vários exemplos de vitórias na Justiça, mas um dos casos que ganhou maior repercussão se refere à uma ação coletiva movida por empregados da Caixa Econômica Federal no Rio Grande do Sul. A ação pedia a adoção da redução não apenas para os trabalhadores com TEA, mas também aos demais bancários e bancárias com outras deficiências (PCD), mas a decisão judicial foi extensiva aos pais e responsáveis de crianças com TEA e PCD. O entendimento do judiciário trabalhista tem se baseado na Lei 8.112/1990 que prevê horários especiais para servidores públicos federais, quando estes têm sob sua responsabilidade dependentes com deficiências. Porém, decisões idênticas têm beneficiado também trabalhadores de empresas privadas. [Clique aqui!](#)